

O papel das redes sociais nos casos de assédio sexual das jornalistas: estudo da realidade no interior do maranhão

The role of social networks in journalists' sexual harassment cases: a study of the reality in the interior of maranhão

El papel de las redes sociales en los casos de acoso sexual de periodistas: un estudio de la realidad en el interior de maranhão

**Razón
y Palabra**

e-ISSN: 1605 -4806

VOL 26 N° 113 enero - abril 2021 Monográfico pp. 89-105

Recibido 14-02-2022 Aprobado 28-04-2022

Janaina Lopes de Amorim

Brasil

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

jannaina.amorim@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1190-2547>

Marcelli Alves da Silva

Brasil

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

alves.marcelli@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8014-3946>

Thaís Cristina Bueno

Brasil

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

thaisabu@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7048-3920>

Resumo

A proposta deste artigo é conhecer o papel que as redes sociais digitais ocupam nas situações de assédio envolvendo jornalistas mulheres, uma vez que a inserção dessas redes se tornou determinante e indissociável da rotina de trabalhos das mesmas. Para isso, usa como metodologia a Tétrade de McLuhan (McLuhan; McLuhan, 1998), na tentativa de en-

tender o que as mudanças no uso das rede sociais digitais trazem para as ações de assédio, ou seja, como altera/interfere sua prática. O recorte do estudo inclui depoimentos/entrevistas com 19 jornalistas ouvidas de um universo de 23 que atuam nos veículos da grande imprensa de Imperatriz (MA), a segunda maior cidade do Maranhão, no Brasil. Concluiu-se, dentre outros, que ao mesmo tempo em que as redes sociais deixam rastros e isso permite a geração de provas, elas encorajam o assediador, já que não estão frente a frente com as jornalistas, mas sabem que as redes sociais correspondem a pessoa delas, além de permitir que os contatos sejam feitos fora do horário de trabalho. A situação leva, muitas vezes, a jornalista optar por não pautar um fato para não manter contato pelas redes e com isso gerar ações que permitam o assédio.

Palavras-chave: Redes sociais; Assédio sexual; Jornalistas; Maranhão (MA).

Abstract

The purpose of this article is to understand the role that digital social networks play in situations of harassment involving female journalists, since the insertion of these networks has become a determining factor and inseparable from their routine work. or this, it uses McLuhan's Tetrad as a methodology (McLuhan; McLuhan, 1998), in an attempt to understand what changes in the use of digital social networks bring to harassment actions, that is, how it alters/interferes its practice. The study outline includes testimonies/interviews with 19 journalists interviewed from a universe of 23 who work in the mainstream press in Imperatriz (MA), the second largest city in Maranhão, Brazil. It was concluded, among others, that while social networks leave traces and this allows the generation of evidence, they encourage the harasser, since they are not face to face with journalists, but they know that social networks correspond to person, in addition to allowing contacts to be made outside of working hours. The situation often leads the journalist to choose not to report a fact so as not to maintain contact through the networks and, therefore, generate actions that allow harassment.

Keywords: Social networks; Sexual harassment; Journalists; Maranhão (MA).

Resumen

El propósito de este artículo es comprender el papel que juegan las redes sociales digitales en situaciones de acoso que involucran a mujeres periodistas, ya que la inserción de estas redes se ha convertido en un factor determinante e inseparable de su trabajo cotidiano. para ello, utiliza como metodología la tetrad de mcluhan (McLuhan; McLuhan, 1998), en un intento por comprender qué cambios en el uso de las redes sociales digitales traen a las acciones de acoso, es decir, cómo altera / interfiere su práctica. El esquema del estudio incluye

testimonios / entrevistas con 19 periodistas entrevistados de un universo de 23 que trabajan en la prensa convencional en Imperatriz (MA), la segunda ciudad más grande de Maranhão, Brasil. Se concluyó, entre otros, que si bien las redes sociales dejan rastros y esto permite la generación de evidencia, alientan al acosador, ya que no se encuentran cara a cara con los periodistas, pero saben que las redes sociales corresponden a persona, además de permitir contactos que se realizarán fuera del horario laboral. La situación muchas veces lleva al periodista a optar por no denunciar un hecho para no mantener el contacto a través de las redes y, por tanto, generar acciones que permitan el acoso.

Palabra clave: Redes sociales; El acoso sexual; Periodistas; Maranhão (MA).

1. Introdução

A violência contra jornalistas em ambientes virtuais é uma realidade no Brasil e tem sido crescente. Entre 2019 e 2020 a incidência aumentou 140% conforme dados da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji, 2020). De acordo com uma pesquisa da Associação pela Comunicação Progressiva (2015), uma das razões que explica a recorrência deste tipo de violência são os “os 4 As” ligados às ferramentas online: Anonimato, Acessibilidade, Ação à distância (não deixa marcas físicas visíveis) e Automação (podem ser praticadas em menos tempo e exigem menos esforço do agressor).

Diante desta realidade a proposta deste artigo é conhecer o papel que as redes sociais digitais ocupam nas situações de assédio envolvendo jornalistas, uma vez que a inserção das redes sociais digitais se tornou determinante e indissociável da rotina de trabalhos de jornalistas (Kroth, 2019). Parte-se do pressuposto de que essa violência fora do ambiente on-line é parte da rotina dessas profissionais, como apontam de estudos da Abraji (2020) em veículos de Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo; Portela (2018), realizado em Curitiba; o de Lima, Santos e Tavares (2019) e Amorim, Bueno e Carvalho (2020), no Maranhão.

Metodologicamente a pesquisa faz uso da Tétrade de McLuhan (McLuhan; McLuhan, 1998), uma estratégia já sedimenta nos estudos da Ecologia de Mídia/Teoria do Meio que se propõe a entender os impactos e a intercessão das tecnologias numa cultura/prática social. A proposta ao adotar esse ferramental metodológico é entender que mudança o uso das rede sociais digitais traz para as ações de assédio, como altera/interfere sua prática.

O recorte do estudo inclui depoimentos/entrevistas com 19 jornalistas ouvidas de um universo de 23 que atuam nos veículos da grande imprensa de Imperatriz (MA), a segunda maior cidade do Maranhão, no Brasil. Os veículos incluem redações de TV e de rádio e um portal de notícias. A seleção compreende a totalidade de empresas de comunicação tradicional comercial de cobertura factual da cidade. O único jornal impresso local, o veículo *O Progresso*, foi excluído da pesquisa porque na sua grade de funcionários não está empregada nenhuma jornalista mulher.

No Maranhão, mais precisamente em Imperatriz, localidade que contempla o recorte deste estudo, levantamento anterior, que avaliou as diferenças de gênero nas rotinas produtivas da Comunicação, apontou que todas as jornalistas atuantes nos veículos da grande imprensa local já passaram por situações de assédio. O levantamento englobou veículos tradicionais, empresas públicas e privadas, assessorias e agências, abrangendo 56 mulheres (Massuchin; Lima, 2019).

2. Referencial teórico

2.1 Mulheres na redação

Desde século XIX a participação das mulheres nas redações tem sido crescente. Em 2006, de acordo com o Ministério do Trabalho, 52% das vagas de jornalista no Brasil eram ocupadas por mulheres (Casadei, 2011). Em 2012, segundo um levantamento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) que ouviu 2.731 jornalistas de todas as unidades da federação e do exterior esse número chegou a 64%. Uma pesquisa da *Comunique-se*, portal voltado à produção de notícias e artigos sobre Jornalismo e Marketing, em parceria com a Apex Conteúdo Estratégico, que ouviu 26 mil jornalistas que atuam em veículos de comunicação no Brasil, mostrou que, em 2018, apesar de não serem a maioria, as mulheres eram 41,8% do total de profissionais em atuação nas redações tradicionais de Jornalismo. Na televisão o número de mulheres é 49,9%, quase equivale ao de homens, que é de 50,1%.

Em geral, os números são indicativos de que as mulheres participam fortemente do mercado de imprensa, indicando uma feminização, que é presente também em outras áreas Rocha (2004). Rocha e Sousa (2011) apontam que, a partir da década de 60 do século passado, ocorreu um aumento na oferta de cursos superiores em Comunicação Social e que elas aproveitaram a oportunidade para se qualificar e entrar na luta por uma vaga no setor.

Em Imperatriz são seis emissoras de TV, todas com jornais locais; um jornal impresso; três *sites* de notícias e sete rádios – que não focam na produção de notícias, mas na transmissão de música e conteúdo de entretenimento (Lima, 2020), composto por 33 jornalistas, sendo 21 com graduação na área. Esses profissionais são jovens, com idade entre 24 e 28 anos, solteiros e majoritariamente do sexto feminino. E a participação feminina tem sido crescente. Nos últimos 10 anos, o número de jornalistas mulheres saltou de 19% para 68,6% (Gehlen; Bueno & Silva, 2018), números relativos a profissionais graduados.

Em outros países, a realidade é parecida. Em Portugal, por exemplo, em 2007, 49,85% dos cargos de jornalistas eram ocupados por mulheres (Rocha; Sousa, 2011). Na França, a participação das mulheres também tem aumentado, embora elas não sejam maioria. Dos que atuam na área, na década de 1990, 85% dos profissionais do Jornalismo tinham a faixa-etária de 26 a 30 anos e possuíam curso superior na área, sendo que, destes, 94% eram do sexo feminino (Neveu, 2006). O que sugere que as mulheres estão buscando a profissionalização.

2.2 Assédio no trabalho

O assédio sexual não é uma prática exclusiva do mercado de trabalho. No entanto, devido ao privilégio dado aos homens na rotina jornalística por meio da hierarquização, da desvalorização e da distinção desigual do trabalho considerado feminino e masculino, entende-se que ele absorve e estimula essa violência. (Lelo, 2019).

Uma pesquisa realizada pelo Data Folha (2017) apontou que 42% das brasileiras com 16 anos ou mais declararam já terem sido vítimas de assédio sexual. Chama atenção o fato de ser mais comum o relato de assédio entre as mais escolarizadas (57%), o que pode estar relacionado com a percepção do que seria esse crime. No ambiente de trabalho, 15% das brasileiras contaram já terem sido assediadas física (2%) e verbalmente (11%). Embora esses dados não tratem especificamente do ambiente de trabalho jornalístico, proporciona um panorama que mostra o quanto essa situação é comum no país.

Entendemos aqui assédio sexual como uma investida de cunho sexual não desejada (Dias, 2008), que afete a dignidade da vítima (Alemany, 2009). Ele pode ser o ato de constranger alguém para obter favorecimento sexual (Higa, 2016) ou um ato realizado simplesmente com intenção discriminatória (Nunes; Rego, 2011), que pode ofender tanto a integridade física quanto moral da pessoa (Dias, 2008).

Engloba ações como conversas, anedotas ou expressões indesejadas sobre sexo, contato físico não desejado, pressão para encontros, exibicionismo (Dias, 2008), “elogios repetidos a determinadas partes do corpo da empregada ou oferecimento de benefícios em troca de favores sexuais” (Campagnoli; Mandalozzo, 2013, p. 154), que podem acontecer de forma explícita ou não. Gestos, atos e/ou palavras – proferidas oralmente ou escritas, enviadas por meio de cartas, bilhetes ou canais da internet – geram constrangimento à vítima, que é uma das características do assédio sexual (Campagnoli; Mandalozzo, 2013). Essa prática configura-se como um mecanismo de objetificação dos corpos das mulheres, reduzindo-as a itens dos desejos hegemônicos masculinos (Magalhães, 2011).

A pauta do domínio sobre o corpo feminino é uma das marcas da Segunda Onda do Feminismo, que se desenvolveu entre os anos 1960 e 1970, mas só chegou ao Brasil uma década depois, principalmente devido ao regime ditatorial, que fez com que os movimentos de mulheres estivessem, naquele momento, mais empenhados na luta pela redemocratização (Teixeira & Ferreira, 2011; Rodrigues, 2016; Pedro, 2012).

Diante deste cenário, a violência contra jornalistas também tem sido pautada por entidades. Entre 2018 e 2019, o aumento foi de 50%, segundo relatório publicado em 2020 pela Fenaj. As mídias digitais ficam como terceiro veículo com maior número de casos (18,55%), atrás dos jornais impressos (26,61%) e TV (28,23%). Em 2017, foram 83 vítimas do sexo masculino, 30 do feminino e 17 não identificados relativos a nomes não especificados ou agressões praticadas contra a equipe. No ano seguinte, o número de mulheres vitimadas foi de 60, contra 103 homens. Já em 2019, foram 59 homens e 26 mulheres – quase metade dos ataques. Os três maiores agentes desses ataques foram

o próprio presidente da república, Jair Bolsonaro (69,23%); pessoas não identificadas (5,30%); e populares (3,85%).

Do ponto de vista jurídico, o debate sobre assédio sexual é recente. Somente em 2018 foi sancionada no Brasil a lei nº 13.718/18 que considera a importunação sexual um crime. Além disso, há o fato de o referencial padrão da sociedade ser homem, branco e heterossexual, que apresenta como natural seu “padrão, sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar” (Louro, 2000, p. 9) os demais. Nesse sentido, essas representações e os significados atribuídos são atravessados e marcados por relações de poder, nas quais a mulher é outro, o segundo sexo (Louro, 2000)¹.

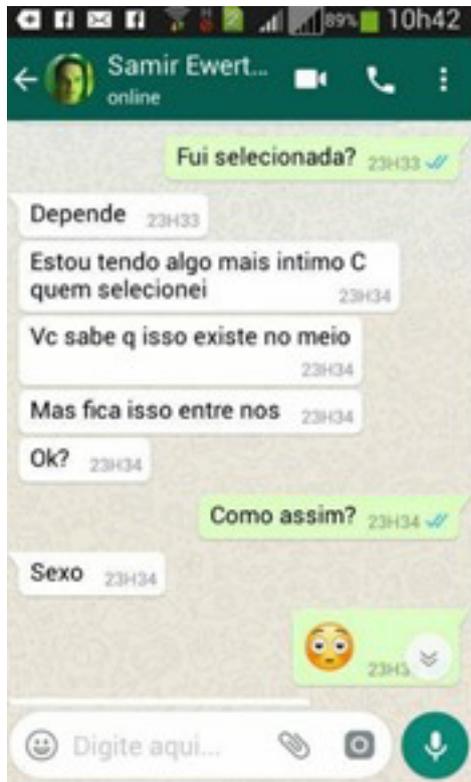
O Jornalismo já foi um espaço essencialmente masculino. Hoje, mesmo como a presença de mulheres ocupando parte das vagas de trabalho, ainda é um campo que enfrenta problemas de discriminação de gênero e em que o assédio faz parte da rotina das profissionais. Alguns casos já foram amplamente divulgados em âmbito nacional. Em junho de 2016, por exemplo, a jornalista Giulia Pereira, na época do Portal IG, foi assediada pelo funkeiro MC Biel durante uma entrevista, na qual o cantor chama a repórter de “gostosinha” e diz que “a quebraria no meio”. Após denunciar o caso, a profissional foi demitida. O episódio, que havia sido gravado, circulou na internet e, após a repercussão do caso, a empresa alegou reestruturação, ainda que apenas ela tenha sido demitida. A situação levou à criação da campanha “Jornalistas contra o assédio”, que em apenas três dias reuniu mais de 4 mil jornalistas em um grupo de discussão no Facebook que tratava desse episódio (Aun, 2016).

Dois anos depois, o assunto novamente voltou às redes sociais. Dessa vez, com a iniciativa #DeixaElaTrabalhar que denunciava o assédio contra jornalistas do esporte. A campanha surgiu depois de a repórter Bruna Deltryser, do Esporte Interativo, ser assediada com um beijo na boca de um torcedor durante a cobertura de um jogo entre Vasco e Universidad de Chile, pela Libertadores da América, no dia 14 de março de 2018. Várias mulheres jornalistas se uniram e publicaram vídeos com relatos de agressões, comentários violentos e ameaças de estupro praticados por torcedores nos estádios e nas redes sociais (Coutinho, 2018; Catraca Livre, 2018).

No Maranhão, um caso ganhou repercussão em fevereiro de 2018. Sete mulheres denunciaram o radialista Samir Ewerton que, na época, fazia parte da Rádio Universidade de São Luís. Após o caso vir a público, ele foi demitido. Segundo as denúncias, o radialista fazia propostas de sexo durante supostos processos de seleção em empresas de comunicação e sugeria que isso ajudaria na contratação. Na época, *prints* de conversas em redes sociais e no celular comprovando as investidas circularam na imprensa e nas redes sociais. Em um primeiro momento, Ewerton negou as acusações. Depois assumiu, mas disse que apenas elogiava as mulheres. Em dezembro de 2019, Ewerton foi condenado a oito meses de prisão, porém a pena foi convertida em serviços comunitários (Cardoso, 2019).

1 *Segundo Sexo* é o título da obra mais famosa de Simone de Beauvoir (1970), na qual ela faz uma crítica à caracterização da mulher em oposição ao referencial masculino, determinando a elas limitações e tirando sua autonomia como sujeitas

Figura 1 – Mensagem em que Samir assedia candidata



Fonte: celular da assediada (2021)

Em Imperatriz, não houve casos registrados envolvendo jornalistas vítimas que viessem a público nos últimos 10 anos. Porém, em 2017, o radialista Francisco Charles Renald Ribeiro Torres, conhecido por Ronald Café, foi autuado sob a acusação de ato libidinoso contra menores de idade em uma cabine de rádio onde ele trabalhava. Ele foi preso em flagrante e liberado dois meses depois (Imirante, 2017). Esse caso serve para apontar que a violência sexual envolvendo profissionais da imprensa é uma realidade na cidade, ainda que muito silenciada.

3. Metodologia

Metodologicamente esta pesquisa está amparada no modelo tetrádico (Mcluhan; Mcluhan, 1988), um padrão sistematizado de pesquisa que busca entender, por meio de quatro pilares norteadores, o impacto de uma ferramenta nas rotinas, processos e relações sociais. Ao descrever a proposta, Meyrowit (2003) orienta para a necessidade de prestar-se atenção ao modo como essas tecnologias atuam no sentido de moldar ou transformar as relações e os próprios agentes da ação.

O modelo tetrádico é uma das ferramentas de pesquisa usadas por pesquisadores do que se costuma chamar de Teoria do Meio ou Ecologia de Mídia. A tétrede é um es-

queima norteador, marcado por questões-guia a serem respondidas pelos pesquisadores ao investigar seus objetos em situações de uso. Ela nasce do entendimento de que há um sistema comum que dirige o modo como as tecnologias interferem e representam o ambiente. Ou seja, intervenção e tradução do mundo.

O detalhamento metodológico da téttrade e seus efeitos está compilado em duas obras: os livros *Laws of media: The new science* (McLuhan & McLuhan, 1988) e *The global village: Transformations in world life and media in the 21st century* (McLuhan & Powers, 1989/1992), ambos sem tradução no Brasil. Nelas, os autores defendem a tese de que todas as ferramentas, as ideias e representações humanas seguem leis chamadas de Leis dos Meios (*Laws of media*). Essas leis semânticas estariam representadas em quatro aspectos que guiam o olhar do pesquisador: 1. Perguntar-se o que o meio/ tecnologia incrementa ou potencializada; 2. Perguntar-se sobre o que o meio/tecnologia obscurece e/ou torna obsoleto; 3. Perguntar-se sobre o que o meio/tecnologia recupera do antigo meio ou mantém deste; 4. Perguntar-se sobre o que o meio/tecnologia reverte quando chegar ao seu ápice de desenvolvimento, qual a sua potencialidade. O autor argumenta que depois de 12 anos de estudo essas eram as questões que sempre se repetiam, nos mais diferentes objetos. A téttrade pode ser mais bem visualizada no Quadro 1.

Quadro 1. Descrição detalhada do quadro tetrádico de McLuhan

<p>Incrementa/ Modifica (Enhances)</p> <p>Que ações ou práticas a inclusão de uma tecnologia aperfeiçoa ou torna possível?</p>	<p>Obsoleto/Obscurece</p> <p>Que ações ou práticas a inclusão de uma tecnologia torna obsoleta? O que acaba caindo em desuso?</p>
<p>Recupera/mantém (Retrieves)</p> <p>Que ações ou práticas antigas ou anteriores à inclusão de uma tecnologia são recuperados ou mantidos?</p>	<p>Reverte/potencializa (Reverses into)</p> <p>Que ações ou práticas a inclusão de uma tecnologia torna menos importantes? É obscurecida?</p>

Fonte: As autoras, adaptado (2021)

Apontada como uma ferramenta flexível que se molda a contextos diversos de pesquisa, os autores também destacam que não há uma única resposta correta, assim como não há uma ordem para responder as perguntas da téttrade. Essa autonomia do pesquisador em campo não compromete o resultado da pesquisa, uma vez que “todas as respostas precisas são respostas corretas. Quando você tem uma clara resposta a qualquer uma das faces, pergunte ‘o que mais?’” (McLuhan & McLuhan, 2017, p. 7). Esse caráter exploratório do meios permite compreender os processos de reconstrução dos ambientes ou percepções sobre eles. “Não existe uma forma certa de ler a téttrade, que pode ser separada ou simultâneas” (McLuhan & McLuhan, 2017, p. 128). Além disso, escrevem, nem todas as etapas aparecem de forma igual, sendo que algumas são mais facilmente identificadas ou surgem com mais ênfase que outras.

O Quadro 2 é a proposta de uso da téttrade para este estudo.

Quadro 2. Adaptação do modelo tetrádico para este estudo

Incrementa/ Modifica Que ações ou práticas a inclusão das redes sociais digitais expressa nas práticas de assédio?	Obsoleto/Obscurece Que ações ou práticas a inclusão das redes sociais digitais torna obsoleta, se comparada as ações sem uso desta mediação, nas práticas de assédio?
Recupera/mantém Que ações ou práticas antigas ou anteriores à inclusão desta tecnologia são recuperados ou mantidos nas relações de assédio?	Reverte/potencializa Que ações ou práticas a inclusão das redes sociais digitais obscurecem nas práticas do assédio?

Fonte: A autora, adaptado (2021)

4. Resultados e discussões

Na tentativa de enxergar o impacto nas redes sociais digitais nas práticas de assédio contra jornalistas nas redações de Imperatriz, as entrevistas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Identificação do assédio sexual, que buscou verificar se e como as mulheres identificam as ocorrências de assédio;
- Identificação das ferramentas, que visa identificar os de instrumentos usados para o assédio se materializar;
- Identificação de quem assedia que traça um perfil de quem são os assediados, seguindo características como gênero e hierarquia
- Consequências do assédio, pontuando os impactos dessa violência, tanto para as mulheres quanto para a rotina jornalística.

Os nomes das entrevistadas foram substituídos por denominações de mulheres que foram pioneiras na história da Comunicação no Brasil. Usar pseudônimos, teve o propósito de preservar a identidade das entrevistadas, valorizar o trabalho das que, de alguma forma, foram pioneiras na comunicação e dá uma dimensão mais humana aos relatos. Ao todo, 19 jornalistas foram ouvidas, que não são identificadas para manter o sigilo da fonte, de um universo de 23 que atuam nos veículos que fazem parte do recorte do estudo, que compreende redações de TV e de rádio e um portal de notícias. Identificação do assédio sexual: Todas as entrevistadas disseram já terem passado por alguma situação de assédio sexual, o que mostra que elas se reconhecem enquanto vítima, algo fundamental para que haja um enfrentamento dessa violência (Saffioti, 2015). Apenas uma delas, a princípio, não soube definir com precisão o que era o assédio. Porém, no decorrer da entrevista, citou episódios envolvendo essa prática, o que mostra que o tema não é totalmente estranho.

Identificação das ferramentas: Nessa categoria, teve como propósito entender como o assédio se materializa. Nas respostas vemos que as manifestações mediadas têm sido

mais usuais, embora não tenham excluídas as investidas *offline*. Constatação confirmada pelas entrevistadas.

Por telefone e por *whatsapp*, principalmente.

Quando eu era repórter e produtora de rádio, isso acontecia muito mais. Porque, assim, o meu contato com a minha fonte era por telefone e, aí, às vezes: “Ah, me passa teu *whatsapp*”, porque a gente precisava obter mais informações e aí, a partir do momento que a pessoa via a minha foto, aí já vinha com outra conversinha, entendeu? Querendo saber coisas pessoais: “Ah, eu queria conversar mais com você”, “você é muito bonita e que não sei o quê”, “eu vi aqui sua foto, mas eu só ouvi sua voz aí eu gostei”, então isso assim acontecia muito (Monteiro, 2019 [entrevista]).

A entrevistada acredita também que a facilidade de se obter o contato acaba sendo um agravante. “Hoje, todo mundo pode ter o telefone de todo mundo né? “Ah, fulano, eu preciso do telefone da Jackeline, tu tem?”. Essa pessoa tem e pronto, vai passar. (Monteiro, 2019 [entrevista]).

E mesmo quando o assediador não possui o número do WhatsApp das jornalistas, eles podem facilmente recorrer a outros meios, como instagram e facebook. É, rede social. É, *whatsapp* não, porque é mais difícil da pessoa ter o contato da gente, mas nas redes sociais, no *facebook* já. Eu já cheguei a bloquear uma pessoa que dizia que: “Ah, eu te assisto todo dia...papêpê, papapá” e ele compartilhava as fotos...”(Almeida, 2019 [entrevista])

Em relação ao tipo de mídia social digital, o *WhatsApp* lidera com 76,4%, seguido do Instagram com 11,7%, Facebook, 5,8% e todas as mídias 5.8%. Entre as mensagens mais comuns estão convites insistentes para sair, cumprimento, como “oi, linda” e emojis com figuras e outras do tipo em horários fora do expediente, classificado por boa parte das vítimas como inconveniente.

Quadro 3 – Principais diferenças entre assédio pessoal e mediado

Pessoalmente	Mediado
Olhares	Emojis
Toques	Mensagens fora do expediente
Acontece nas externas	Acontece fora do expediente

Fonte: Dados de pesquisa de campo (2019)

Esse quadro mostra que tais ferramentas expandem os horários e o espaço geográfico em que essa violência pode ser praticada. Expressa ainda que a tecnologia pode servir de ferramenta pelas quais as desigualdades são atualizadas, configurando novas formas classificação e controle (Benjamin, 2020).

Houve também relato de vigilância às mídias digitais das funcionárias praticado por uma chefia para ter subterfúgios para os assédios.

Uma colega de trabalho, ela não tinha formado ainda, estava estagiando em uma instituição da cidade. Ela pediu pra sair porque disse que não estava suportando mais as investidas da pessoa que monitorava. Ela citava que, primeiro, ele começou a dar em cima dela, né? Tinha ela nas redes sociais. Ele não comentava nas redes, mas comentava pra ela pessoalmente. “Ah, que tu estavas só na praia e que não sei o quê”. E como ela não cedeu às investidas, aí depois eu acho que isso já entra no assédio moral. Que ele falava: “Ah, fulana, você estava na praia, que não sei o quê, mas você só fica aqui desfilando, pensa que tá na praia ainda, que não sei o quê”. Aí foi chegando num ponto que ela não aguentou e aí ela pediu pra sair. Ela teve que ser remanejada pra outra empresa pra concluir o estágio dela (Monteiro, Julieta de Melo, 2019 [entrevista]).

Isso mostra o quanto os diversos tipos de violência estão imbricadas com a vida on-line, de forma que se torna difícil fazer uma distinção entre o on-line e o off-line, que na sociedade atual tem uma vida de comunicação baseada em aparatos midiáticos em que não há fronteiras entre o on e *off*, corpo e mídia (Carvalho, 2017).

4.1 quem assedia

O assédio mais recorrente é praticado por homens. Internamente, por colegas de trabalho de hierarquia superior e externamente por fontes e pelo público. O fato de serem homens, deixa ainda mais claro de que se trata de uma violência de gênero. Transparece ainda a validação social dada a eles, já que essa conduta opressora do homem é vista como uma manifestação de honra e virilidade, provas de potência sexual (Bourdieu, 2012), tendo como consequência a impunidade, decorrida da naturalização construída socialmente por vários mecanismos, inclusive político (Saffioti, 2015).

Em um âmbito mais interno das redações, foram identificados 10 relatos de assédio cometidos por colegas de trabalho. Seis praticados por pessoas de hierarquia superior ao da vítima, um igual e um inferior.

Quando se trata das redes, os relatos mais comuns envolvem as fontes da notícia, que pedem insistentemente o número de telefone das jornalistas e depois enviam mensagens assediosas pelo WhatsApp, a maioria delas com comentários sobre a aparência e convites para sair. O assédio ocorre tanto no interior das redações, quando nas externas. Em ambos os casos, o mais comum é ocorrer nas entrevistas. Embora a relação com esse tipo de agente não configure vínculo de trabalho formal, foi considerada, porque no Jornalismo a relação com esse tipo de agente é frequentes. Além do mais, algumas delas, ainda que indiretamente, podem presumir uma relação de hierarquia e prejudicar a profissional, chegando a impor risco de demissão (Portela, 2018).

Uma das entrevistadas relatou que é comum as fontes pedirem o número de telefone das jornalistas.

[...] Aí normalmente você passa o contato e às vezes, até mesmo, você vai fazer uma matéria e é um político, sei lá, uma assessoria, uma coisa assim, e você passa o seu contato. Aí quando percebe que a pessoa tá indo pro outro lado (Almeida, 2019[entrevista])

Diante do papel da fonte para o jornalismo, essa é uma realidade preocupante. Mesmo com menor recorrência, assédio praticado pelo público também esteve presente em cinco entrevistas, sendo mais recorrente contra mulheres que atuam em telejornais. Em um deles, o telespectador fotografava a jornalista na TV e enviava pelo Instagram com mensagens relacionadas ao corpo da profissional.

“Ah, sua boca”, detalhes do rosto. “Meu Deus, que boca é essa?”. Pelo próprio Instagram. Aí, poxa, porque que não elogia a reportagem, a forma como tu conduziu, né? “Que matéria bacana”. “Nossa, como você tá linda hoje”, “destacou isso aqui no seu rosto”, “isso aqui no seu corpo” (Pires, Áurea, 2019[entrevista]).

Outra jornalista relatou uma história semelhante, em que o assediador compartilhava no perfil deles as fotos pessoais que ela publicava no facebook.

Eu postava no *facebook* e ele compartilhava no perfil dele aquelas fotos. Aí eu bloqueei, até que bloquear ele, porque eu fiquei com medo, né? Fiquei, meu Deus, preocupada. Por quê que esse cara compartilhava minhas fotos e ele falava comigo, era o tempo todo lotando minha caixa de mensagens, querendo puxar assunto, querendo conversa e aí eu fiquei muito assustada (Almeida, 2019, [entrevista]).

Cabe pontuar que, de acordo com as fontes ouvidas nesse estudo, os assediadores são, em sua maioria, pessoas com influência social e política, o que, mais uma vez, deixa claro as relações de poder presentes nessa prática. Outra característica é que as histórias sobre os assédios e sobre os assediadores circulam nos bastidores entre as profissionais do jornalismo.

Esse rapaz que eu passei esse problema, ele era cinegrafista, depois eu fui conversar à respeito e eu vi que várias mulheres tinham passado pela mesma situação com a mesma pessoa, então era prática comum dele com jornalistas, inclusive ... (Oliveira, Andradina América de Andrada de, 2019 [entrevista]).

O contexto cultural, resultado de uma sociedade machista, acaba facilitando para que os mesmo assediadores se sintam à vontade para exercer essa prática, inclusive contra diferentes vítimas. Eles já contam com impunidade, que por sua vez está ligada ao silenciamento das vítimas

4.2 Consequências

Foi constatado que as repetidas investidas dos assediadores levam as jornalistas de Imperatriz a tomarem diversas atitudes, impactando na saúde física e mental delas, na progressão de carreira e no exercício da profissão. As mulheres também repensam as roupas usadas no trabalho para evitar que sejam assediadas, evitam colocar fotos nas redes sociais, bloqueiam os assediadores. Reação que, inclusive, interfere diretamente na rotina de produção jornalística, já que com o bloqueio, ela pode deixar de ter acesso

a pautas. Outra medida, é que as vítimas disseram que procuram outra fonte ou até mesmo deixam de pautar.

A gente deixa de pautar e aí a gente acaba perdendo *network*, a gente também acaba de uma certa maneira ficando traumatizada, né? Porque a gente acaba não confiando também nas pessoas, acaba não confiando mesmo (Magrassi, Matilde, 2019 [entrevista]).

Para evitar assédio de uma fonte, uma das jornalistas passou, propositalmente, a postar fotos com o namorado e as investidas pararam, o que mostra, segundo ela, o respeito por outro homem e não pela profissional.

Ele ficava me mandando mensagem o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo. E é uma fonte que eu preciso manter, porque ele é um dos poucos comentaristas esportivos que tem aqui, então eu só visualizava e ignorava, visualizava e ignorava pra não dar resposta grossa, ou respondia com monossílabos. Ele passou cerca de um mês insistindo, insistindo, insistindo. Pra tu ver como homem respeita homem, aí eu comecei a postar foto no status com o meu companheiro e ele parou de mandar mensagens (Diniz, 2019 [entrevista]).

A opção da jornalista pelo afastamento dos assediadores ou de situações de assédio para solucionar o problema se dá para evitar exposição e julgamento das demais pessoas, o que é comum em casos assim. Isso porque normalmente, pela forma como a sociedade é estruturada, é a vítima que é julgada e quem passa por julgamento e não o agressor (Fukuda, 2012). Se pensarmos que com as redes, os conteúdos circulam de forma mais rápida entre as pessoas, isso pode ser um fator potencializador dessa insegurança.

4.3 Proposta da téttrade

A partir das respostas das entrevistadas pensamos na proposta da téttrade

Quadro 4. Descrição detalhada do quadro tetrádico de McLuhan

<p>Incrementa/ Modifica</p> <p>Deixa rastros e isso permite mais denúncias já que gera provas Encoraja o assediador, já que não precisa está frente a frente, porém, as redes digitais estão disponíveis e acessíveis o tempo todo. Com as redes, o assediador não precisa esperar uma oportunidade de ficar a sós com a vítima em um determinado ambiente físico diante da possibilidade de envio de mensagens privadas, seja pelo WhatsApp ou pelo direct de outras mídias, como Instagram ou Facebook. Amplia o número de assédios, já que os contatos podem ser fora do ambiente de trabalho e também a quantidade de assediadores devido a facilidade do contato com as jornalistas pelos perfis pessoais das mídias sociais</p>	<p>Obsoleto/Obscurece</p> <p>Muda a ideia de que é sempre a voz ou só o depoimento, incluindo mensagens de texto, imagens ou emoji como mecanismo de materialização do assédio Gera medo, já que gera provas – inibe em algum grau Jornalista prefere não pautar para não manter contato pelas redes sociais e com isso gerar ações que essa permite Bloqueio das fontes assediadoras pode acarretar em perda de informações, o que significa prejuízo tanto para o desenvolvimento do trabalho, quanto para o público que deixa de ter acesso a informação O fato de colocar imagens nas redes sociais com o namorado/esposo gera uma certa repulsa, evidenciado, que o respeito é maior pelo homem do que pela jornalista - violência de gênero. A jornalista pode evitar oportunidades de participação com o público diante da experiência negativa O uso apenas de emoji pode dar ainda mais ambiguidade, dificultando a comprovação em caso de julgamentos judiciais</p>
<p>Recupera/mantém</p> <p>Mantém o poder masculino, as questões hierárquicas Mantém o conteúdo do assédio em si, que tanto de forma presencial, quanto mediada, os comentários são comumente relacionados à aparência física, reiterando a questão da objetificação do corpo feminino Necessidade da figura masculina para a mulher se sentir mais protegida, já que muitas recorrem a postagem de fotografias com os namorados ou maridos para afastar o assédio</p>	<p>Reverte/potencializa</p> <p>Potencializa a denúncia, já que pode ser mais facilmente comprovado por meio de capturas das telas dos dispositivos. Potencializa invasão privacidade Permite que o assédio também ocorra fora do horário de expediente</p>

Fonte: As autoras, adaptado (2021)

Considerações finais

É fato que as redes sociais impactaram a sociedade de diversas maneiras, e, no jornalismo, não é diferente. Ela facilita as formas de produção de conteúdo e também a apuração da notícia. Ou seja, um dos grandes atributos destinados às redes sociais tem-se o uso das redes como fonte.

Pelo teor apresentado no decorrer desta é possível afirmar que o uso das redes sociais por jornalistas mulheres tem incrementado maneiras de assédio a elas. Depois de ouvir 19 jornalistas mulheres a respeito do tema o uso das redes sociais na potencialização do assédio, montou-se um quadro tetrádico de McLuhan adaptado a esse estudo e pondera-se que:

- Ao mesmo tempo em que as redes sociais deixam rastros e isso permite a geração de provas, elas encorajam o assediador, já que não estão frente a frente com as jornalistas, mas sabem que as redes sociais correspondem a pessoa delas, além de permitir que os contatos sejam feitos fora do horário de trabalho
- Muitas vezes, a jornalista prefere não pautar para não manter contato pelas redes sociais e com isso gerar ações que permitam o assédio.
- Foi constatado que o assédio leva as jornalistas de Imperatriz a tomarem diversas atitudes, impactando na saúde física e mental delas, na progressão de carreira e no exercício da profissão.
- O assédio ocorre tanto do público externo quando do interno, em se tratando de jornalistas mulheres.

É comum a utilização das redes sociais na busca por especialistas ou personagens necessários ao desenvolvimento da pauta. Essas mesmas redes são capazes de gerar conversas, mobilizações, campanhas entre outros que em algum momento pode despertar o interesse do jornalista. No entanto, o uso das redes sociais é uma rede de mão dupla e, para poder fazer até mesmo contato com as fontes, os jornalistas precisam manter as suas redes sociais, o que tem sido mecanismo de viabilização do assédio.

Referências

- Abraji; gênero e número. (2020). *Mulheres no jornalismo Brasileiro*. Relatório. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2020.
- Aleman, Carme. (2009). *Assédio Sexual*. In: HIRATA, Helena [et al.] (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp.
- Amorim, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa; CARVALHO, Michelly. (2020). *Assédio nas plataformas digitais: estudo das relações de trabalho das jornalistas no MA*. Revista Esferas, Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, n° 20.
- Aun, Heloisa. (2016). *Jornalistas lançam ação contra assédio após demissão de repórter*. Catraca Livre. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/jornalistas-lancam-campanha-contra-o-assedio-apos-demissao-de-reporter/>>. Acesso de 9 de setembro de 2020.
- Benjamin, Ruha. (2020). *Retomando nosso fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária*. SILVA, Tarcizio (org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais. Olhares afrodiaspóricos. SP: LiteraRua.
- Bourdieu, Pierre. (2012). *A dominação masculina*. 11° ed. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- Campagnoli, Adriana de Fatima Pilatti Ferreira; MANDALOZZO, Silvana Souza Netto. (2013). *Sexo e poder nas relações de emprego: uma breve análise sobre o assédio sexual*. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 2, n. 16.
- Cardoso, Rafael. (2019). *Justiça condena radialista por assédio sexual contra profissionais de comunicação no MA*. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2019/12/18/justica-condena-radialista-por-assedio-sexual-contra-profissionais-de-comunicacao-no-maranhao.ghtml>. Acesso em 26/11/2020.
- Carvalho; Ana Paulo Pinto de. (2017). *Mediatização nas relações de trabalho e práticas de comunicação de grupos organizacionais em dispositivos móveis: O caso WhatsApp*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.
- Casadei, Elisa Bachege. (2011). *A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências do final do século XIX*. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor; Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 02. Vol. 01. Edição 03.
- Coutinho, Iluska. (2018). *Com telas e afeto: para fazer um telejornal predileto e inclusivo*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville – SC.

- Data Folha. *Assédio sexual entre as mulheres*. 29 e 30/11/2017. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/01/11/bfed1c72cc0eff5f76027203648546c5bbe9923c.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2019.
- Dias, Isabel. (2008). *Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual*. Sociologia, Problemas e Práticas. 2008. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292008000200002&script=sci_abstract. Acesso de 10 de agosto de 2019.
- Fenaj. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. Relatório de 2017 e 2018. (2020). Disponível em <http://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-no-brasil/>. Acesso em 11 de agosto de 2019.
- Freitas, Maria Ester de. (2001). *Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações*. RAE - Revista de Administração de Empresas. v. 41 . n. 2.
- Fukuda, Rachel Franzen. (2012). *Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero*. Revista Simbiótica - Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512>. Acesso em 5 de agosto de 2019.
- Gehlen, Marco Antônio; BUENO, Thaísa; SILVA, Vanessa di Paula. (2018). *Quem somos? O perfil educacional do formado em Jornalismo na UFMA de Imperatriz (MA)*. Paradoxo. vol.3 | n°2.
- Higa, Flávio da Costa. (2016). *Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?* Revista direito GV. São Paulo. v. 12. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201620>. Acesso em 20 de junho de 2019.
- Kroth, Maicon Elias. (2019). *As afetações da midiáticação no cotidiano do radiojornalismo*. Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiáticação e Processos Sociais, [S.l.], v. 1, n. 2.
- Lima, Lorena Lacerda. (2020). *WhatsApp Na Rotina Produtiva Do Interior: Um Estudo A Partir Das Perspectivas Dos Jornalistas De Imperatriz (MA) E Araguaína (TO)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
- Lima, Daniele Silva; SANTOS, Wylidiany Oliveira dos; TAVARES, Camila Quesada. (2019). *Relações de gênero na rotina de trabalho de mulheres jornalistas: um estudo de Imperatriz e Balsas, no Maranhão*. Âncora. Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa. Ano 6. vol.6.n.2.
- Magalhães, Maria José. (2011). *Assédio sexual: um problema de direitos humanos das mulheres*. In: Sani, A. I. Temas de Vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimação e Respostas Sociais. Coimbra: Editora Almedina.
- Massuchin, Michele Goulart; LIMA, Daniele Silva. (2019). *Quem vai dar visibilidade para a nossa realidade? Diferenças de gênero nas rotinas de produção das empresas de comunicação em Imperatriz (MA)*. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça. Gêneros e resistência. Volume 1: memórias do II encontro de pesquisa por/de/sobre mulheres. Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Mcluhan, M.; Mcluhan, E. (1998). *Laws of media: the new science*. Toronto: University of Toronto. 2nd Revised ed. edição
- Meyrowitz, Joshua. (2003). *Web of Lies*. Disponível em: www.inthesetimes.com/comments.php?id=318_0_1_0_C Acesso em: 1 Set. 2019.
- Lelo, Thales Vilela. (2019). *A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero*. Revista Estudos Feministas, vol.27. N°2, Florianópolis – SC.
- Louro, Guacira Lopes. (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- Neveu, Érik. (2006). *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Editora Loyola.
- Nunes, Maria Terezinha; REGO, Andrea de Castro Souza. (2011). *Assédio Moral e Sexual*. Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/509899>. Acesso em 23 de junho de 2019.
- Portela, Monique Ryba. (2019). *Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56614>. Acesso em 11 de junho de 2019.
- Pedro, Joana. (2012). *O feminismo de Segunda Onda. Corpo, prazer e trabalho*. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (Org). História das Mulheres no Brasil. Editora Contexto.
- Rodrigues, Bruna. (2016). *“Meu Corpo, Minhas Regras”: Direito ao Corpo e Narrativas Feministas nas Redes Sociais*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo – SP.
- Rocha, Paula Melani. (2004). *As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo: O Processo de Profissionalização e Feminização da Carreira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos.
- Rocha, Paula Melani; Sousa, Jorge Pedro. (2011). *O mercado de trabalho feminino em jornalismo: análise comparativa entre Portugal e Brasil*. Impulso, Piracicaba.

- Saffioti, Heleieth. (2015). Gênero, patriarcado, violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Teixeira, Simone Andrade; Ferreira, Silvia Lúcia. (2011). *Direitos sexuais e direitos reprodutivos*. Teoria e práxis de feministas acadêmicas. In: Bonneti, Alinne, Lima E Souza, Ângela Maria Freire de (Org). Gêneros, Mulheres e Feminismos. Salvador: EDUFBA/NEIM.
- UFSC; FENAJ.(2012). *Quem é o jornalista brasileiro? Perfil da profissão no Brasil*. Disponível em <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/pesquisa-perfil-jornalista-brasileiro.pdf>. Acesso em 3 de junho de 2019. Site <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/08/10/maranhao-teve-8-882-processos-de-violencia-contr-a-mulher-em-2020/>